



Serviço Público Federal  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba

CONTRATO 1/2025 - LIC/PB/SEAD/PB/GERAD/PB/DE/PB/PLENARIO/PB/CRMV-PB/SISTEMA

**EMENTA:** Contrato administrativo firmado por **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021, tendo por objeto a contratação de **serviços técnicos especializados de advocacia**, prestados por profissional/ escritório detentor de **notória especialização**, para representação/assessoria jurídico-administrativa em demandas do CRMV-PB.

**CONTRATO Nº 05/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0350014.00000187/2025-19

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 04/2025

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA** – CRMV-PB, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.517, de 23/10/1968, inscrita no **CNPJ/MF sob 08.680.886/0001-73**, sediada Praça Pedro Gondim, nº 123, Torre, CEP: 58.040-360, João Pessoa-PB, neste ato representada por seu Presidente, Dr. Méd. Vet. Sr(a). **José Cedlino Martins Neto**, CPF nº 011.725.124-00, Médico Veterinário com domicílio profissional no endereço supramencionado, doravante denominado **CONTRATANTE**.

E

**VENANCIO DE ALCANTARA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 22.012.224/0001-56**, com endereço Rua: **Presidente Epitácio Pessoa – nº 124 – Centro, Arara-PB**, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. **Antônio Marcos Venâncio de Alcântara**, inscrito CPF nº 700.229.604-30, RG nº 3935205 SSP-PB, OAB-PB nº 29593, doravante denominada **CONTRATADA**.

Firmam o presente contrato de prestação de serviços, que se regerá pelas disposições legais insculpidas na Lei nº 14.133/2021, e respectivas alterações e regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1.1** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, de forma permanente e continuada, presencial, eletrônica, verbal e/ou escrita, prestados à Comissão de Contratação, ao Agente de Contratação/Pregoeiro e sua respectiva equipe de apoio, com vistas à elaboração de minutas de editais de licitação, contratos administrativos, pareceres jurídicos e demais documentos relacionados aos processos de contratação pública, bem como no acompanhamento de todas as etapas dos procedimentos licitatórios e no cumprimento integral das disposições legais e regulamentares aplicáveis, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação correlata.

**CLÁUSULA II – DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO**

**2.1** A execução do objeto do presente contrato será sob o regime de empreitada por preço unitário mensal, segundo as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do processo administrativo supramencionado, assim como do presente instrumento.

**CLÁUSULA III – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**3.1** As especificações técnicas constam do Termo de Referência, dentre elas, destacam-se:

- a) Análise e elaboração de editais de licitação, contratos e outros documentos relacionados;
- b) Acompanhamento de processos licitatórios em todas as etapas, desde a publicação até a homologação;

- c) Orientação e esclarecimento de dúvidas acerca das legislações e normas aplicáveis aos processos licitatórios;
- d) Elaboração de pareceres técnicos em casos específicos, quando necessário;
- e) Capacitação e treinamento dos colaboradores envolvidos no setor de licitações e contratos;
- f) Suporte na resolução de demandas relacionadas aos processos licitatórios;
- g) Suporte na elaboração de relatórios e consultas referentes ao setor de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA IV – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**4.1** O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ 65.324,64 (sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos)**, correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de **R\$ 5.443,72 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos)**, conforme especificação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
01	Assessoria e Consultoria Jurídica em Licitações e Contratos Públicos	Mês	12	R\$ 5.443,72 (Cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos).	R\$ 65.324,64 (Sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

**4.2** O pagamento será feito pelo CRMV-PB, creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária/depósito em conta/boleto/fatura, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste contrato e seus anexos.

**4.3** Os valores da(s) Nota(s) Fiscal(is) deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição desta(s) Nota(s) Fiscal(is).

**4.4** A CONTRATANTE efetuará o pagamento somente para a empresa CONTRATADA, vedada a negociação dos documentos de cobrança com terceiros, ou a sua colocação em cobrança bancária.

**4.5** O pagamento ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia útil, conforme a execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato e acompanhada das devidas certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

**4.6** A nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação.

**4.7** Os pagamentos somente serão efetuados após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, que conterá o detalhamento dos serviços prestados, o número do processo e da nota de empenho correspondentes e os dados bancários para emissão da ordem bancária de crédito em nome da CONTRATADA.

**4.8** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços prestados em conformidade com as especificações técnicas exigidas, bem como à verificação da qualidade mínima exigida.

**4.9** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**4.10** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA não executou o serviço conforme as especificações deste documento.

**4.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**4.12** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**4.13** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, ao valor devido acrescentar-se-á a atualização financeira. Sua apuração far-se-á da data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

**4.14** Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

**4.15** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade, a CONTRATADA deverá efetuar a regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela Administração, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

**4.16** O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**4.17** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**4.18** Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** As despesas decorrentes deste objeto estão previstas na Disponibilidade Orçamentária, sob nº 6.2.2.1.1.01.02.02.006.999 Outros Serviços Prestados – PJ

**5.2** As despesas dos anos subsequentes, se necessárias, correrão à conta da dotação consignada para a atividade nos respectivos exercícios.

#### **CLÁUSULA VI – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE**

**6.1** O prazo de vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses e demais prorrogações, conforme art. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, contados a partir da data de sua assinatura, conforme artigo supracitado, desde que a CONTRATADA mantenha a proposta mais vantajosa para a CONTRATANTE.

**6.2** Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o valor correspondente poderá ser reajustado aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – acumulado no período.

**6.3** Para fins do cálculo do reajuste anual, será sempre utilizado o índice (IPCA) do mês anterior ao dos marcos inicial e final.

**6.4** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**6.5** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, em acordo das partes.

**6.6** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

#### **CLÁUSULA VII – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1** Os serviços serão prestados nas dependências do CRMV-PB, situado Praça Pedro Gondim, nº 123, Torre, CEP: 58.040-360, João Pessoa-PB, e conforme solicitação da Administração, bem como especificado no Termo de Referência.

**7.2** O local de coleta de informações da CONTRATADA dos serviços prestados será na sede do CRMV-PB, nos horários de funcionamento da Autarquia, de segunda a sexta-feira, salvo em casos extraordinários.

#### **CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021 e seus anexos, compete à CONTRATANTE:

**8.1.1** Exercer ampla, irrestrita e permanentemente a fiscalização dos serviços contratados e o comportamento da CONTRATADA, não importando em modificação da responsabilidade única, integral e exclusiva desta no que concerne ao Objeto e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas;

**8.1.2** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações;

**8.1.3** Efetuar o pagamento nos prazos e forma definidos.

**8.2** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021 do processo administrativo e seus anexos, compete à CONTRATADA:

**8.2.1** Entregar o objeto nos termos definidos neste Instrumento;

**8.2.2** Suportar todos os custos de fornecimentos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o Objeto deste Contrato;

**8.2.3** Suportar todos e quaisquer compromissos e ônus assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**8.2.4** Apresentar a nota fiscal referente ao fornecimento;

- 8.2.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;
- 8.2.6 Manter equipe técnica qualificada e disponível para o atendimento das demandas da Administração;
- 8.2.7 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega de documentos, pareceres e demais produtos dos serviços;
- 8.2.8 Manter sigilo absoluto sobre informações confidenciais relacionadas aos processos licitatórios e contratações da Autarquia;
- 8.2.9 Responsabilizar-se pela qualidade dos trabalhos executados, respondendo por eventuais erros ou omissões que causem prejuízo à Administração;
- 8.2.10 Disponibilizar relatórios periódicos sobre o andamento dos serviços, conforme solicitado pela Administração;
- 8.2.11 Participar de reuniões e atividades de coordenação com a Comissão de Contratação e Agente de Contratação/Pregoeiro;
- 8.2.12 Manter atualizado o conhecimento sobre legislação de licitações e contratos públicos;
- 8.2.13 Responsabilizar-se por toda a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços;
- 8.2.14 Cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável;
- 8.2.15 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CRMV-PB;
- 8.2.16 Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do órgão;
- 8.2.17 Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.18 Manter funcionamento de atendimento para consultoria jurídica, através de meio eletrônico ou presencial, durante o horário de funcionamento da Autarquia, bem como em situações que demandarem atendimento extraordinário;
- 8.2.19 Aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização e gestão;
- 8.2.20 Efetuar a prestação de serviços de forma contínua, sem interrupções, durante todo o período de vigência do contrato.
- 8.2.21 A contratada deverá seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ou Lei nº 13.709/2018.

#### **CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES**

9.1 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções em caso de inadimplemento:

- a) Advertência, em caso de falhas leves na execução dos serviços;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato, em caso de atraso na entrega de documentos ou pareceres;
- c) Multa de até 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, em caso de execução deficiente dos serviços;
- d) Rescisão do contrato, em caso de descumprimento grave das obrigações contratuais;
- e) Suspensão do direito de participar de licitações e contratações com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA.

9.2 As multas serão descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobradas judicialmente, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

#### **CLÁUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 O gerenciamento e a fiscalização da contratação caberão aos Servidores do CRMV-PB designados, na forma do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, que serão incumbidos de determinar o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos e, na sua falta ou impedimento, a função caberá ao seu substituto.

10.2 A atestação de conformidade da prestação dos serviços cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

10.3 Serão anotadas em registro próprio todas as ocorrências relativas aos serviços e tomadas as providências cabíveis para sanar faltas ou defeitos observados.

10.4 Será designado servidor para fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO**

11.1 O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato ou a inobservância do Termo de Referência, seus anexos e das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere à CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, conforme a Lei nº 14.133/2021.

11.2 Caberá a rescisão do Contrato na ocorrência de quaisquer motivos relacionados à Lei nº 14.133/2021.

11.3 A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da administração, conforme a Lei 14.133/2021;

b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

c) Judicial, nos termos da legislação.

**11.4** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**11.5** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1** Este contrato regula-se pela Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, principalmente as do Código de Defesa do Consumidor.

**12.2** Reuniões eventualmente realizadas entre as Contratantes, bem como ocorrências que possam ter implicações neste Contrato, serão registradas por escrito e assinadas pelos prepostos/representantes.

**12.3** Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos e serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o Objeto deste contrato.

**12.4** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12.5** Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, salvo se derivados de atuação culposa, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

**12.6** Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nº 14.133/2021, 8.078/90 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

## **CLÁUSULA XIII – DA PUBLICAÇÃO**

**13.1** A CONTRATANTE providenciará, às suas expensas, a publicação deste contrato, conforme Lei da Transparência, nos meios oficiais de publicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tais seja: Sítio oficial e Portal Nacional de Compras Públicas.

## **CLÁUSULA XIV – DO FORO**

**14.1** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa-PB (Art. 109, I, CRFB/88), como o competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste contrato eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## **ASSINATURA**

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em duas vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes, tendo sido arquivado em ordem cronológica no CRMV-PB, com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

João Pessoa-PB, 10 de dezembro de 2025

---

**CONTRATANTE**

**MÉD. VET. JOSÉ CECÍLIO MARTINS NETO**

**CPF Nº 011.725.124-00**

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA - CRMV-PB**

**CNPJ/MF SOB Nº 08.680.886/0001-73**

---

CONTRATADO

VENANCIO DE ALCANTARA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ SOB O Nº 22.012.224/0001-56

ANTÔNIO MARCOS VENÂNCIO DE ALCÂNTARA

CPF N º 700.229.604-30

OAB-PB N º 29593

TESTEMUNHAS 1 :

---

NOME:

CPF:

TESTEMUNHAS 2 :

---

NOME:

CPF:

Documento assinado eletronicamente por:

- José Cedílio Martins Neto, Presidente do CRMV-PB - FGSUP - PR/PB, em 10/12/2025 14:17:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cfmv.gov.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 553613

Código de Autenticação: 84030d6234



**SISTEMA**  
**CFMV/CRMVs**  
Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária

Praça Pedro Gondim, 123, Torre, João Pessoa / PB, CEP 58040-360